



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

S E R V I Ç O   D E   P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

12/06/19

EXERCÍCIO

2019

NR. DO PROCESSO

121/19

Interessado: PREFEITO MUNICIPAL

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 06 de junho de 2019

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

Projeto de Lei Ordinária

CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA

**ASSUNTO:** Altera o caput e o inciso I, do art. 8º, da Lei nº 3.731, de 15 de julho de 2014.



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS  
PROCESSO LEGISLATIVO

Fls. 02

**Ofício nº 057/2019-DPL**

Anápolis, 06 de junho de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
**LEANDRO RIBEIRO DA SILVA**  
DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal  
NESTA

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente:

Através deste, venho perante Vossa Excelência, encaminhar o Projeto de Lei nº 007/2019, que “ALTERA O *CAPUT* E O INCISO I, DO ART. 8º, DA LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014”, apresentando para tanto as seguintes

**JUSTIFICATIVAS:**

A Secretaria Municipal de Trabalho Emprego e Renda, com representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, deixou de existir, passando suas atribuições e competências para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que mudou sua denominação para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, assim necessárias se fazem alterações no *Caput* e no Inciso I, do Art. 8º, da Lei 3.731/2014, para sua adequação.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, solicitou que o representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, extinta, e o representante do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, passem a ser representantes da Controladoria Geral do Município.

Assim é que encaminhamos o presente projeto de lei, solicitando a Vossa Excelência e dignos Pares, sua apreciação e consequente aprovação.

Atenciosamente,

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

EERIZANIA ENÉAS DE FREITAS LÔBO  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda

  
Dr. Arunan Pinheiro Lima  
Diretor Legislativo

**LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014**

**\*ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3750/2014\***

**REESTRUTURA A POLÍTICA MUNICIPAL DE  
ATENDIMENTO E GARANTIA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INSTITUI  
REGRAS PARA A SUA EFETIVA APLICAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

**Art.1º-** Ficam assegurados à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral prevista na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente.

**Art.2º-** É dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

**Art.3º** No Município de Anápolis, a garantia de prioridade no atendimento dos direitos arrolados no artigo 2º, desta Lei, efetivar-se-á por meio das seguintes ações:

**I-** primazia na formação e na implantação de projetos, programas sociais e serviços públicos;

**II-** necessária e suficiente previsão orçamentária para o fiel cumprimento das diretrizes fixadas nesta Lei, e preferência na sua respectiva execução e liquidação;

**III-** pleno apoio aos órgãos de atendimento e proteção aos direitos da criança e do adolescente para o exercício de suas funções.

**Art.4º-** O Município poderá estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, podendo também celebrar convênios e parcerias com entidades não-governamentais, visando o atendimento e a garantia dos direitos mencionados no artigo 2º desta Lei.

**TÍTULO II  
DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.5º-** São órgãos da política de atendimento e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Município de Anápolis:

- I-** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**;
- II-** os Conselhos Tutelares.

~~**Art.6º-** Fica instituído o Fundo Municipal para a infância e juventude – **FIA**, como instrumento essencial para a concretização da política de atendimento e proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Anápolis. (ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)~~

**Art. 6º.** Fica instituído o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – **FIA**, como instrumento essencial para a concretização da política de atendimento e proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Anápolis.

## **CAPÍTULO II** **CONSELHO MUNICIPAL**

### **Seção I** **Da Natureza e Atribuições**

**Art.7º-** Ao **CMDCA**, órgão público deliberativo e controlador de todas as ações municipais voltadas para a criança e adolescente, compete:

**I-** formular a política pública municipal de atendimento e proteção dos direitos da criança e do adolescente, definir as ações prioritárias para cada exercício financeiro, segundo o artigo 3º desta Lei, e fiscalizar a sua execução pelo Poder Público, observados os preceitos estabelecidos nos artigos 87 e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**II-** promover o registro das entidades de atendimento ou proteção dos direitos da criança e do adolescente, com atuação no Município, e proceder à inscrição de seus respectivos programas;

**III-** gerir, fiscalizar e decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis no **FIA**;

**IV-** fixar, por resolução, a quantidade de Conselhos Tutelares no Município e a respectiva área de atuação, observados os critérios de proporcionalidade e de divisão territorial estabelecidos nas alíneas “a” e “b” do inciso XV, deste artigo;

**V-** organizar e presidir o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares nos termos desta Lei;

**VI-** diplomar e dar posse aos Conselheiros Tutelares eleitos e convocar os suplentes quando necessário;

**VII-** promover a constante qualificação de seus membros e Conselheiros Tutelares e apoiar o trabalho dos mesmos:

**a)-** articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente;

**b)-** incentivo às ações de prevenção;

**c)-** estabelecimento de política de atendimento aos adolescentes;

**d)-** ações de integração com outros Conselhos Municipais e o Conselho Estadual;

**e)-** realização de campanhas para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**f)-** mobilização da sociedade civil;

**g)-** articulação dos diversos programas, projetos ou serviços;

**h)-** avaliar e orientar a programação de atividades apresentadas, que visem atendimento de políticas públicas no município, visando melhor cumprimento da função do Conselho Tutelar.



**VIII-** apurar os casos de má conduta funcional dos membros dos Conselhos Tutelares, aplicando as sanções cabíveis, nos termos desta Lei;

**IX-** elaborar, aprovar e reformar o seu Regimento Interno, por voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;

**X-** acompanhar a elaboração da proposta orçamentária do Município e recomendar o que for necessário à consecução dos projetos, programas e serviços voltados para o atendimento e proteção dos direitos previstos no artigo 2º desta Lei;

**XI-** comunicar ao Poder Judiciário, ao Ministério Público ou à autoridade policial qualquer notícia de fato que atente contra as normas desta Lei, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal;

**XII-** promover anualmente o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para debater e identificar as metas a serem incluídas na política municipal para a infância e juventude;

**XIII-** articular e integrar o trabalho das entidades governamentais e não governamentais com atuação na área da infância e juventude em Anápolis;

**XIV-** empossar os membros da Comissão Fiscal instituída no artigo 47 desta Lei;

**XV-** apresentar até o dia 31 de maio de cada ano, um plano de ação municipal para ser executado no decorrer do ano seguinte, configurado como diretriz para a elaboração e execução de políticas públicas voltadas à atenção e ao atendimento das crianças e dos adolescentes do Município, conforme a realidade local, tendo como prioridade:

**a)-** a criação e instalação dos Conselhos Tutelares, observando a proporcionalidade de 1 (um) órgão para cada 200.000 (duzentos mil) habitantes, segundo dados oficiais do IBGE ou órgão federal que o suceder para os mesmos fins;

**b)-** a fixação dos limites territoriais de atuação de cada Conselho Tutelar, observando a densidade populacional da região e as áreas geográficas de planejamento do Município.

**Parágrafo único-** As resoluções do **CMDCA** devem ser aprovadas pela maioria absoluta de seus membros, caso esta Lei ou o Regimento Interno não exija quorum especial, e só entrarão em vigor após publicadas no Diário Oficial do Município.

## Seção II

### Da Constituição, Estrutura e Função do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

~~**Art. 8º-** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, Órgão integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, será composto de 25 (vinte e cinco) membros, sendo 12 (doze) representantes do Poder Público e igual número de suplentes, e 12 (doze) representantes da comunidade e igual número de suplentes, e 01 (um) representante da Câmara Municipal de Anápolis, com seu respectivo suplente, designados na forma que segue: (ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)~~

**Art. 8º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, Órgão integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, será composto de 24 (vinte e quatro) membros, sendo 12 (doze) representantes do Poder Público e igual número de suplentes, e 12 (doze) representantes da comunidade e igual número de suplentes, designados na forma abaixo:

~~**I-** os representantes do Poder Público Municipal serão doze, cada qual com o respectivo suplente, sendo:~~

~~**a)-** dois representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;~~

~~**b)-** dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da Vigilância Sanitária Municipal em Anápolis;~~

- e)- dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- d)- um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- e)- um representante da Secretaria Municipal de Esportes;
- f)- um representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;
- g)- um representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- h)- um representante da Procuradoria Geral do Município;
- i)- um representante do GGIM.

~~II- os doze representantes da comunidade serão os seguintes, cada um com o respectivo suplente:~~

- a)- dois representantes das entidades filantrópicas de Anápolis;
- b)- um representante do Conselho de Pastores de Anápolis;
- c)- um representante da Escola de Pais de Anápolis;
- d)- um representante da Maçonaria de Anápolis;
- e)- um representante do Rotary Club de Anápolis;
- f)- um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis

~~—APAE;~~

- g)- um representante da Diocese de Anápolis;
- h)- um representante da Subseção da OAB Anápolis;
- i)- um representante da Associação Comercial e Industrial de Anápolis —ACIA;
- j)- um representante do Clube de Diretores Lojistas —CDL de Anápolis;
- k)- um representante da Regional Espírita de Anápolis.

~~III- o membro representante da Câmara Municipal de Anápolis será indicado pelo chefe do Poder Legislativo. (ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)~~

I- Os representantes do Poder Público Municipal serão doze, cada qual com o respectivo suplente, sendo:

- a)-dois representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b)-dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da Vigilância Sanitária Municipal em Anápolis;
- c)-dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- d)-um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- e)-um representante da Secretaria Municipal de Esportes;
- f)-um representante da Secretaria Municipal de Trabalho,Emprego e Renda;
- g)-um representante da Secretaria Municipal de Cultura
- h)-um representante da Procuradoria Geral do Município;
- i)-um representante do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM.

II-os doze representantes da comunidade serão os seguintes, cada um com o respectivo suplente:

- a)-dois representantes das entidades filantrópicas de Anápolis;
- b)-um representante do Conselho de Pastores de Anápolis;
- c)-um representante da Escola de Pais de Anápolis;
- d)-um representante da Maçonaria de Anápolis;
- e)-um representante do Rotary Club de Anápolis;
- f)-um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis –

APAE;

- g)- um representante da Diocese de Anápolis;
- h)-um representante da Subseção da OAB Anápolis;
- i)-um representante da Associação Comercial e Industrial de Anápolis —ACIA;
- j)-um representante do Clube de Diretores Lojistas – CDL de Anápolis;
- k)-um representante da Regional Espírita de Anápolis

**Parágrafo único.** Cabe ao Prefeito Municipal dar posse aos Conselheiros Municipais e aos respectivos suplentes, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

**Art.9º-** Os representantes governamentais deverão fazer parte do quadro de servidores do Município.

§ 1º-Os representantes governamentais serão indicados pelo Prefeito Municipal até 15 (quinze) dias antes do término do mandato dos membros do **CMDCA**, por decreto publicado de acordo com o artigo 61 da Lei Orgânica do Município, e caso isso não ocorra, tem-se por reconduzidos para novo mandato os conselheiros governamentais então em exercício.

§ 2º- Os conselheiros governamentais estarão dispensados do expediente normal nos horários das reuniões ordinárias e extraordinárias do **CMDCA**, bastando que comuniquem e comprovem a participação à sua chefia imediata.

§ 3º- Em qualquer hipótese, o exercício da função de conselheiro municipal será contado para efeito de promoção na carreira e como critério favorável de desempate.

§ 4º-O conselheiro governamental, para ser indicado, deverá preencher os requisitos enumerados no artigo 11 desta Lei.

**Art.10.** O servidor público ocupante de qualquer espécie ou esfera de governo não poderá ser escolhido como representante da comunidade.

**Parágrafo único.** O conselheiro municipal, enquanto no exercício do mandato, ficará isento do pagamento do IPTU e taxas municipais de uma unidade imobiliária, limitada a dois salários mínimos vigentes; do pagamento de estacionamento, valendo ainda como título e critério de desempate em concurso público municipal.

**Art.11.** Para ser membro do **CMDCA** é necessário:

- I-** ser residente em Anápolis há mais de cinco anos;
- II-** escolaridade de nível médio ou equivalente;
- III-** idade mínima de vinte e um anos;
- IV-** conduta ilibada e reconhecida idoneidade moral;
- V-** não ser proprietário de estabelecimento que produza ou comercialize qualquer produto que, pela sua natureza ou finalidade, esteja em desacordo com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo único.** Quanto aos impedimentos, observar-se-á estritamente o disposto no artigo 140 e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art.12.** O **CMDCA** elegerá entre seus pares um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral e um tesoureiro e dois corregedores.

**Art.13.** Perderá o mandato o conselheiro municipal que:

- I-** faltar, sem justificativa, deixando de enviar seu suplente a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, ordinárias ou extraordinárias;
- II-** for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal, ou por infração prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III-** praticar atos contrários ao decoro do cargo ou incompatíveis com a função;
- IV-** incorrer em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 140 e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- V-** se conselheiro governamental, for exonerado ou demitido do cargo público por ele ocupado;
- VI-** deixar de residir no Município de Anápolis;



**VII-** for responsabilizado pelo Conselho Fiscal por má gestão, destinação indevida ou desvio de recursos do **FIA**, sem prejuízo das sanções penais e cíveis pertinentes.

§ 1º. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá representar em desfavor de um conselheiro municipal por qualquer das infrações enumeradas neste artigo, apresentando na reunião ordinária as provas relativas ao fato.

§ 2º. A perda do cargo dar-se-á por voto de 2/3 dos membros do **CMDCA**, conforme dispuser o Regimento Interno, que também disciplinará acerca da convocação do suplente, com estrita observância das disposições desta Lei.

§ 3º. O conselheiro municipal que pretender concorrer a cargo público eletivo deverá desincompatibilizar-se até 03 (três) meses antes do pleito a que se refere.

**Art.14.** O Executivo Municipal destinará espaço físico adequado para o bom funcionamento do **CMDCA**, bem como cederá recursos humanos necessários ao cumprimento de suas atribuições, sendo no mínimo um Secretário, um Auxiliar de Contabilidade e um Auxiliar Administrativo, em período integral, devendo ainda fornecer os equipamentos técnicos, mobiliário e material de expediente e um meio de transporte, fazendo constar no orçamento municipal, recursos suficientes para suprir todos os custos pertinentes.

### **CAPÍTULO III CONSELHO TUTELAR**

#### **Seção I Da Natureza**

**Art. 15.** Os Conselhos Tutelares são órgãos públicos autônomos, permanentes e não jurisdicionais, os quais desempenham funções administrativas direcionadas ao efetivo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Anápolis.

#### **Seção II Das Atribuições**

**Art.16.** Compete aos Conselhos Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas nesta Lei ou no seu Regimento Interno:

- I-** cumprir o disposto no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II-** zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- III-** velar pela autonomia e pela efetividade de suas funções.

#### **Seção III Da Estrutura**

**Art.17.** Para garantir o pleno funcionamento dos Conselhos Tutelares, a Administração Municipal deverá destinar para cada qual:

- I-** espaço físico adequado, preferencialmente em sede própria;
- II-** um agente da guarda municipal ou equivalente, um motorista, um psicólogo e um assistente social, os quais cumprirão a mesma jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, inclusive plantões de finais de semana;
- III-** equipamentos, mobiliário, material de consumo e pelo menos um veículo, e ceder veículo substituto em caso de impedimento de circulação do veículo efetivo;
- IV-** recursos e equipamentos de informática e telecomunicações.



§1º. A lei orçamentária municipal deverá prescrever dotação suficiente para as despesas enumeradas neste dispositivo, bem como aquelas relativas à remuneração e qualificação dos Conselheiros, diárias e ajuda de custo.

§ 2º. O veículo indicado neste artigo será de uso exclusivo e restrito ao exercício da função.

#### Seção IV Da Composição

**Art.18.** Os Conselhos Tutelares serão compostos de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º. Deverão ser escolhidos também 5 (cinco) suplentes, observada a ordem de classificação.

§ 2º. A convocação dos suplentes será feita pelo **CMDCA** nos casos de afastamento temporário, licença ou suspensão do titular por mais de 30 (trinta) dias, ou quando ocorrer a vacância do cargo por falecimento, renúncia ou nas hipóteses do artigo 31 desta Lei, aplicando-se no que couber, as normas atinentes ao servidor público municipal.

§ 3º. O Conselheiro Tutelar que pretender concorrer a outro cargo público eletivo deverá desincompatibilizar-se até 03 (três) meses antes do pleito a que se refere, sendo que tal afastamento não será remunerado.

§ 4º. No caso de inexistência de suplentes a serem convocados, deverá o **CMDCA**, em qualquer tempo, realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, pelo tempo restante do mandato em transcurso.

§ 5º. Quanto aos impedimentos, observar-se-á estritamente o disposto no artigo 140 e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### Seção V Do Funcionamento

**Art.19.** Os Conselheiros Tutelares cumprirão jornada semanal de trabalho de 32 (trinta e duas) horas, de segunda a sexta-feira.

§ 1º. Os Conselhos Tutelares funcionarão, nos dias úteis, das 8h00 as 18h00, no local de sua sede, com expediente aberto ao público.

§ 2º. Aos sábados, domingos e feriados permanecerá de plantão, na sede do Conselho, pelo menos 1 (um) Conselheiro Tutelar, assessorado de apoio técnico e administrativo, com expediente aberto ao público das 8h00 as 13h00 horas.

§ 3º. Nos horários fora do expediente normal ou de plantão, ficará sempre 1 (um) Conselheiro Tutelar de sobreaviso para atendimento dos casos urgentes ou emergenciais.

§ 4º As escalas mensais de plantão e de sobreaviso, feitas mediante rodízio, serão comunicadas, com antecedência e por escrito, ao **CMDCA** e afixadas para conhecimento e divulgação, nos placares da Prefeitura, Câmara Municipal e Juizado da Infância e Juventude.

§ 5º. O Conselheiro Tutelar escalado para o plantão do final de semana, também ficará de sobreaviso nestes mesmos dias.

§ 6º. Os períodos de plantão e sobreaviso não poderão ser computados na carga fixada no *caput*.

**Art.20.** A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública e/ou privada, à exceção daquelas hipóteses ressalvadas pelo artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e desde que os horários de trabalho sejam plenamente compatíveis.

§ 1º. Caso o Conselheiro Tutelar ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável, é necessário para o exercício de seu mandato que comprove o afastamento e faça expressa opção pela remuneração de um ou de outro, com pronta comunicação ao CMDCA e ao órgão de origem para os devidos fins.

§ 2º. Se empregado da iniciativa privada, necessário que o Conselheiro Tutelar faça prova do seu desligamento da firma contratante, encaminhando ao CMDCA a documentação pertinente.

## Seção VI Do Subsídio

**Art.21.** Os membros dos Conselhos Tutelares empossados pelo Executivo Municipal, para exercício de mandato de 4 (quatro) anos, prestam serviço público relevante e perceberão mensalmente, a título de remuneração, o valor de R\$ 1.695,00 (mil seiscentos e noventa e cinco reais), cujo pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

§ 1º. O Conselho Tutelar é órgão autônomo e não jurisdicional, colegiado composto de 5 (cinco) membros, cujo exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 2º. Os membros do Conselho Tutelar em razão da honorabilidade, apesar do exercício do cargo de Conselheiro Tutelar não estabelecer vínculo empregatício ou estatutário com a Administração Pública Municipal, farão jus a:

I-cobertura previdenciária;

II-goço de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III-licença maternidade;

IV-licença paternidade e,

V- gratificação natalina.

§ 3º. Os membros suplentes do Conselho Tutelar não receberão qualquer remuneração enquanto permanecerem nessa condição, fazendo jus, todavia, aos mesmos direitos dos titulares quando no exercício interino da função.

§ 4º. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

~~**Art.22.** A remuneração dos membros do Conselho Tutelar poderá ser reajustada a cada quadriênio, mediante lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do pleito destinado a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares.~~

**Art. 22.** A remuneração dos membros do Conselho Tutelar deverá ser reajustada a cada quadriênio, mediante lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do pleito destinado a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares. **(ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)**

**Parágrafo único.** O período em exercício na função de Conselheiro Tutelar contará como tempo de serviço público municipal para todos os efeitos legais.

## Seção VII Dos Requisitos e Processo de Escolha

**Art.23.** São requisitos para a candidatura ao cargo de conselheiro tutelar:

I-idade mínima de vinte e um anos;

II-ser eleitor em dia com a Justiça Eleitoral;

III-escolaridade de nível médio completo;

- IV-residir no Município de Anápolis por tempo superior a cinco anos;
- V-possuir reconhecida idoneidade moral comprovada mediante certidões negativas;
- VI- atestado de sanidade física e mental;
- VII- atuação profissional ou voluntária com criança e adolescente, por no mínimo 02 (dois) anos, comprovada mediante documento hábil, em uma das seguintes áreas:
  - a)- estudos e pesquisas;
  - b)- atendimento direto;
  - c)- defesa e garantia de direitos da criança e do adolescente;
  - d)- colaboração ou assessoria a entidades que desenvolvam serviços ou programas específicos de promoção ou defesa dos direitos infanto-juvenis.

§ 1º. O preenchimento dos requisitos será verificado pelo **CMDCA**.

§ 2º. O membro do **CMDCA** que pretender candidatar-se ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá desincompatibilizar-se até a data da inscrição de sua candidatura.

§ 3º. A atuação referida no inciso VII deste artigo só será aceita se relativa aos últimos 10 (dez) anos anteriores à data da inscrição.

**Art.24.** O processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, e dar-se-á por meio das seguintes fases, sucessivas e eliminatórias:

**I**-inscrição dos candidatos, mediante a verificação dos requisitos do artigo 23 desta Lei;

**II**-prova objetiva de aferição de conhecimento sobre Direito da Criança e do Adolescente, além de questões gerais sobre o Município de Anápolis, com índice de acerto de no mínimo 60% (sessenta por cento) do total das questões;

**III**-avaliação psicotécnica, a ser aplicada por profissionais convidados ou contratados pelo **CMDCA**;

**IV**-escolha pela comunidade local, por meio de eleições diretas, conforme resolução do **CMDCA**.

§ 1º. Deverá o **CMDCA** proporcionar aos candidatos, antes da prova objetiva, curso básico sobre Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que a frequência inferior a 80% (oitenta por cento) da carga horária do curso importará na exclusão do candidato.

§ 2º. Considera-se habilitado a concorrer nas eleições o candidato aprovado na avaliação psicotécnica.

§ 3º. O **CMDCA** poderá convidar ou contratar profissionais para realizar a avaliação psicotécnica dos candidatos.

§ 4º. A cédula deverá constar o nome de todos os candidatos habilitados, independente da região, podendo o eleitor votar em apenas 01 (um) candidato.

§ 5º. Para eleição poderá o **CMDCA** requisitar servidores da Administração Municipal e solicitar o apoio técnico da Justiça Eleitoral.

§ 6º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 7º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 8º. Em caso de desobediência ao parágrafo anterior poderá o **CMDCA** cassar a respectiva candidatura.

**Art.25.** Cabe ao **CMDCA** regulamentar por resolução o processo das candidaturas, os prazos, impugnações e recursos, bem como disciplinar a propaganda eleitoral, proclamar,



diplomar e dar posse aos eleitos, tudo de conformidade com esta Lei e preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando-se ainda, subsidiariamente, os princípios expressos na legislação eleitoral.

§ 1º. O processo de escolha será desencadeado pelo menos 06 (seis) meses antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares, e todos os seus atos serão públicos e deverão receber a devida publicação de acordo com o artigo 61 da Lei Orgânica do Município, além de ampla divulgação para a comunidade pelos veículos de comunicação.

§ 2º. A Administração Pública Municipal deverá providenciar os recursos materiais, técnicos e humanos necessários à realização do pleito.

### **Seção VIII** **Das Faltas Funcionais e Penalidades**

**Art.26.** Comete infração disciplinar o Conselheiro Tutelar que:

**I**-faltar ou ausentar-se do expediente, injustificadamente, tanto nos dias normais, como nos plantões;

**II**-recusar-se a prestar atendimento nos casos de atribuição do Conselho Tutelar, especialmente no período de sobreaviso;

**III**-deixar de dar continuidade a atendimento que era responsável, causando dano ou colocando em risco criança, adolescente ou sua família;

**IV**-não tomar as providências legais quando a atribuição para resolver o caso for de outro órgão;

**V**-exceder-se no exercício de suas funções ou abusar da autoridade conferida por lei;

**VI**-delegar a terceiro tarefa que seja de sua responsabilidade;

**VII**-embaraçar ou descumprir decisão colegiada do Conselho Tutelar;

**VIII**-expor ou divulgar indevidamente informação que detenha em razão de sua função;

**IX**-praticar atos contrários ao decoro do cargo ou incompatíveis com sua função;

**X**-usar, desviar ou apropriar-se de bem, recurso ou serviço do Conselho Tutelar em benefício próprio ou permitir que terceiro se beneficie indevidamente;

**XI**-exercer atividade incompatível com a dedicação exclusiva exigida nesta Lei o fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções.

**Art.27.** Constatada a infração, estará o Conselheiro Tutelar sujeito às seguintes penalidades:

**I**-advertência;

**II**-suspensão não remunerada até 90 (noventa) dias;

**III**-perda do cargo.

**Art.28.** A advertência será aplicada ao Conselheiro Tutelar que cometer qualquer das infrações constantes nos incisos I a IV do artigo 26 desta Lei.

**Art.29.** A suspensão não remunerada será aplicada ao Conselheiro Tutelar que:

**I**-reincidir na prática de infrações punidas com advertência.

**Parágrafo único.** A suspensão até 30 (trinta) dias poderá ser convertida proporcionalmente em dias-multas.

**Art.30.** A perda do cargo será aplicada ao Conselheiro Tutelar que:

**I**-reincidir na prática de infrações punidas com suspensão não remunerada;

**II**-deixar de residir no Município;

**III-**for condenado em definitivo por delito que seja incompatível com o exercício da função, ou pela prática de infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente;

**IV-**tiver seus direitos políticos cassados ou suspensos.

## **Seção IX** **Da Sindicância**

**Art.31.** Os membros do **CMDCA** elegerão dois Conselheiros Municipais para a função de Corregedor, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, os quais ficarão encarregados de receber as reclamações e processar denúncias em desfavor dos Conselheiros Tutelares ou contra o mau exercício de suas funções.

§ 1º. Recebida a denúncia ou reclamação contra Conselheiro Tutelar e havendo indícios da prática de infração prevista no artigo 26 desta Lei, o Corregedor representará ao Presidente do **CMDCA** para fins de instalação da Comissão Disciplinar e, caso o Presidente não a instale no prazo de 05 (cinco) dias, após recebida a denúncia ou reclamação, poderá o Corregedor submeter a questão aos demais membros do **CMDCA** na primeira reunião ordinária, os quais votarão, por maioria simples, pela instalação ou não da Comissão Disciplinar proposta.

§ 2º. A existência do Corregedor não impede que qualquer pessoa física ou jurídica represente contra um Conselheiro Tutelar, podendo fazê-lo pessoal e oralmente durante as reuniões ordinárias do **CMDCA**, devendo apresentar na oportunidade as provas que tiver sobre o caso, quando então será a denúncia apreciada e, se recebida por voto da maioria simples do colegiado, será processada nos termos dos artigos subsequentes desta Lei.

**Art.32.** As infrações cometidas por Conselheiros Tutelares serão apuradas pela Comissão Disciplinar composta por 02 (dois) membros do **CMDCA** e 01 (um) representante dos Conselhos Tutelares, e respectivos suplentes.

§ 1º. A Comissão Disciplinar será instalada por ato do Presidente do **CMDCA** e terá o prazo de 90 (noventa) dias para emitir o parecer final, opinando pelo arquivamento ou pela aplicação de alguma das penalidades enumeradas no artigo 27 desta Lei.

§ 2º. O presidente do **CMDCA** designará dentre os membros da Comissão Disciplinar um para exercer a função de relator, a quem incumbirá redigir o parecer final subscrito também pelos demais titulares da Comissão Disciplinar.

§ 3º. O Conselheiro Tutelar e seu respectivo suplente serão escolhidos pelo Presidente do **CMDCA** dentre os membros do Conselho Tutelar, do qual não faz parte o sindicato.

§ 4º. O prazo aludido no § 1º poderá ser prorrogado por igual período, por decisão do Presidente do **CMDCA**, a pedido da Comissão Disciplinar, desde que devidamente justificado.

§ 5º. Os representantes do **CMDCA** na Comissão Disciplinar serão o Corregedor e outro Conselheiro Municipal, escolhido por sorteio, e desta forma serão também escolhidos os respectivos suplentes.

**Art.33.** A sindicância será instaurada por Portaria que conterà uma exposição sucinta dos fatos imputados ao Conselheiro Tutelar e as infrações a que estiver incurso.

**Parágrafo único.** Na sindicância serão observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, que poderão ser exercitados por meio de advogado.

**Art.34.** O sindicato será notificado para apresentar defesa por escrito à Comissão Disciplinar, no prazo de 10 (dez) dias, quando indicará as provas que pretende produzir, especificando-as.

§1º. Caso o sindicato não apresente defesa, operarão os efeitos da revelia e confissão quanto a matéria de fato.

§ 2º. Com a notificação, será encaminhada ao sindicato cópia da Portaria que instaurou a sindicância, sendo-lhe facultado examinar o procedimento a qualquer tempo, podendo dele extrair cópias.

§ 3º. O sindicato poderá arrolar em sua defesa até 03 (três) testemunhas para serem ouvidas pela Comissão Disciplinar.

§ 4º. As provas consideradas meramente protelatórias serão indeferidas de plano pelo Relator.

§ 5º. A comissão poderá ouvir outras testemunhas para apurar a verdade dos fatos.

**Art.35.** Durante a instrução, serão ouvidas as testemunhas arroladas na Portaria e aquelas relacionadas pelo sindicato.

**Parágrafo único.** As testemunhas comparecerão independentemente de intimação e a falta injustificada delas não obstará o prosseguimento da instrução.

**Art.36.** Concluída a fase de instrução, o sindicato terá 05 (cinco) dias para apresentar as suas alegações finais.

**Art.37.** Apresentadas ou não as alegações finais no prazo legal, a Comissão Disciplinar deverá emitir o parecer final, devidamente fundamentado, concluindo pelo arquivamento da sindicância ou pela aplicação da penalidade cabível, nos termos dos artigos 27 a 30 desta Lei, encaminhando os autos ao Presidente do **CMDCA**.

**Art.38.** Recebida a sindicância concluída, o **CMDCA** reunir-se-á, no prazo de 30 (trinta) dias, para decidir se acolhe ou não o parecer da Comissão Disciplinar, elaborando a respectiva Resolução.

§ 1º. Se o parecer for pelo arquivamento ou pela aplicação das penalidades de advertência ou suspensão não remunerada, o seu acolhimento exigirá o voto da maioria absoluta dos membros do **CMDCA**.

§ 2º Se o parecer recomendar a aplicação da penalidade de perda do cargo, para ser acolhido, é necessário a aprovação por 2/3 (dois terços) dos membros do **CMDCA**.

§ 3º. Os Conselheiros Municipais que fizeram parte da Comissão Disciplinar poderão participar das votações aludidas nos parágrafos anteriores.

**Art.39.** A decisão do **CMDCA** será publicada na forma do artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Anápolis, no Diário Oficial do Município e nos placares da Câmara Municipal, do Juizado da Infância e Juventude e do próprio **CMDCA**, não cabendo recurso administrativo contra ela.

§ 1º. Caso o **CMDCA** não acolha o parecer pelo arquivamento, poderá determinar novas diligências à Comissão Disciplinar ou encaminhar o caso ao Ministério Público, e deliberar nos termos do artigo 38.

§ 2º. Aplicadas as penalidades de suspensão não remunerada por mais de 30 (trinta) dias ou a perda do cargo, o **CMDCA** convocará imediatamente o suplente para preencher interina ou definitivamente a vaga aberta do Conselho Tutelar.

§ 3º. O sindicato deverá ser cientificado da decisão final do **CMDCA**.

**Art.40.** Constatada na sindicância a prática do delito pelo sindicato, cópia dos autos serão encaminhadas ao Ministério Público para as providências legais, juntamente com a decisão final do **CMDCA**.



**Art.41.** A Comissão Disciplinar, no trâmite da sindicância, poderá solicitar ao **CMDCA** que determine o afastamento provisório do sindicado de suas funções enquanto não concluído o procedimento, quando isso se fizer necessário ao bom andamento das investigações.

**Parágrafo único.** O afastamento provisório do sindicado deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do **CMDCA**, devendo neste caso o processo ter prioridade na tramitação.

**Art.42.** Ao **CMDCA** incumbe regulamentar e decidir questões controversas ou omissas acerca do procedimento da sindicância previsto nesta Lei, podendo valer-se subsidiariamente da legislação municipal concernente ao processo administrativo disciplinar.

### **TÍTULO III** **DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA**

**Art.43.** O fundo da Infância e Adolescência compõe-se das seguintes receitas:

**I**-recursos oriundos anualmente do orçamento municipal, recursos públicos que lhe forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

**II**-doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

**III**-destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;

**IV**-recursos provenientes de multas, infrações administrativas e concursos de prognósticos;

**V**- recursos oriundos de convênios ou acordos firmados pelo **CMDCA** com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

**VI**- contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

**VII**- o valor arrecadado com a venda de publicações, artigos e outros produtos doados ou confeccionados pelo **CMDCA**;

**VIII**- outros recursos que porventura lhe forem destinados.

**Art.44.** O **CMDCA** encaminhará ao Prefeito lista tríplice, a qual indicará servidores do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para nomeação do gestor responsável pela administração financeira dos recursos repassados ao Fundo da Infância e Adolescência.

§ 1º. A definição quando a utilização dos recursos da FIA, compete única e exclusivamente ao **CMDCA**.

§ 2º. A deliberação acerca da aplicação, o acompanhamento e controle social dos recursos do FIA serão exercidos pelo **CMDCA** junto à Secretaria de Desenvolvimento Social.

~~**Art.45.** As receitas do FIA serão depositadas e movimentadas em conta bancária própria, aberta em nome e sob a titularidade do **CMDCA**. (ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)~~

**Art.45.** As receitas do FIA serão depositadas e movimentadas em conta bancária própria, aberta em nome e sob a titularidade do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência.

§ 1º. A destinação de qualquer recurso do FIA dependerá de aprovação da maioria absoluta dos membros do **CMDCA**, respeitados os objetivos previstos no artigo 48 desta Lei.

§ 2º. Depois de aprovada a destinação dos recursos estes deverão ser liberados ao beneficiário.

§ 3º. A movimentação da conta e a liberação de recursos do FIA exigirão sempre a assinatura conjunta do gestor nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e do Tesoureiro do CMDCA.

§ 4º. O CMDCA poderá solicitar a Secretaria Municipal da Fazenda auxílio para efetuar o controle técnico e contábil do FIA.

**Art.46.** A fiscalização do FIA obedecerá as normas da legislação municipal, sujeitando-se também ao controle pelo Tribunal de Contas dos Municípios ou órgão equivalente, nos termos desta Lei.

**Art.47.** Fica criado um Conselho Fiscal, como órgão de controle interno, incumbido de verificar a correta destinação dos recursos do FIA, formado nos termos do Regimento Interno do CMDCA.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á para avaliar os processos referentes à liberação de recursos do FIA, emitindo parecer.

§ 2º. Se o Conselho Fiscal constatar alguma irregularidade e esta não for devidamente sanada pelo CMDCA no prazo de 20 (vinte) dias, deverá comunicar o fato ao Ministério Público para a tomada das providências legais.

§ 3º. Os membros do Conselho Fiscal cumprirão mandato de 02 (dois) anos.

§ 4º. O Presidente do CMDCA dará posse aos membros do Conselho Fiscal, devendo o procedimento de autocontrole ser regulamentado no Regimento Interno.

**Art.48.** Os recursos do FIA destinar-se-ão para:

**I**-financiamento total ou parcial de projetos ou programas de atendimento ou proteção das crianças e adolescentes, desenvolvidas no Município de Anápolis;

**II**-realização de pesquisas, estudos, capacitação e qualificação de recursos humanos envolvidos no sistema de atendimento ou proteção da criança e do adolescente no Município de Anápolis;

**III**-aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo necessários ao funcionamento e manutenção dos projetos, programas e entidades ligadas à área da infância e juventude de Anápolis;

**IV**-construção, reforma, ampliação e locação de imóveis necessários à consecução dos projetos e programas de atendimento ou proteção da criança e do adolescente no Município de Anápolis;

**V**-atender despesas necessárias à execução ou continuidade das ações prioritárias citadas no artigo 7º, inciso I, desta Lei, bem como aquelas imprescindíveis para o funcionamento dos órgãos que fazem parte do sistema de atendimento ou proteção estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art.49.** Visando adequar a situação atual aos ditames desta Lei, o CMDCA deverá editar Resolução de regulamentação de mandato dos Conselheiros Tutelares até a realização de novas eleições para composição dos Conselhos Tutelares.

**Parágrafo único.** ~~O mandato dos atuais Conselheiros Tutelares empossados em 2011 fica prorrogado até 09 de junho de 2016. (ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3.750/2014)~~

**Parágrafo único.** O mandato dos atuais Conselheiros Tutelares empossados em 2011 fica prorrogado até 09 de janeiro de 2016.

**Art.50.** Empossados os novos membros do CMDCA, estes deverão escolher os titulares dos cargos referidos nos artigos 12 e 31 desta Lei, devendo elaborar e aprovar o novo Regimento Interno, empossar o Conselho Fiscal, e convocar as eleições ordenadas no artigo 49 desta Lei.

§ 1º. O Regimento Interno deverá ser aprovado no prazo de 30 (trinta) dias após a posse.

§ 2º. Nas eleições a que alude o *caput*, serão observados os prazos e regras previstos nesta Lei.

**Art.51.** Fica assegurado o direito de participação das crianças e adolescentes no Fórum Municipal de que trata o artigo 7º, inciso XII, desta Lei, tanto nas discussões temáticas como na plenária, sendo que as suas opiniões deverão ser registradas e levadas em consideração na definição das metas prioritárias da política pública municipal para a área da infância e juventude.

**Art.52.** Todas as adequações relativas ao FIA, conforme artigo 45 desta Lei, deverão ser efetivadas até 45 (quarenta e cinco) dias após a vigência desta, sob pena de responsabilidade.

**Art.53.** É vedada a retenção, por parte do Poder Executivo, de recursos orçamentários previstos em favor do **CMDCA**, dos Conselhos Tutelares e do FIA, ou mesmo embarçar a sua liberação, sob pena de crime de responsabilidade, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**Art.54.** Os membros do **CMDCA** são considerados agentes públicos para os fins da Lei Federal nº 8.429/92.

**Art.55.** É vedado ao Poder Público Municipal fazer doação ou conceder benefício fiscal, financiamento ou incentivo de qualquer espécie para entidade com atuação na área da infância e juventude que não esteja devidamente registrada junto ao **CMDCA**.

**Art.56.** As multas aplicadas, por sentença definitiva, em razão da prática de infrações, serão inscritas na Dívida Ativa do Município e executadas na forma da legislação pertinente e, em especial no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art.57.** Revogam-se as Leis Nº 3.076, de 25 de junho de 2004; Nº 3.334, de 3 de dezembro de 2008; Nº 3.480, de 29 de junho de 2010; e Nº 3.578, de 10 de outubro de 2011.

**Art.58.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**, 15 de julho de 2014

**João Batista Gomes Pinto**

Prefeito de Anápolis

**Edmar Silva**

Procurador Geral do Município



Imprimir



**Câmara Municipal de Anápolis - GO de Anápolis - GO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento: **P2ea52d180052dd21fb733d0252dc0ef6K9489**

Tipo de Proposição:  
**Projeto de Lei Ordinária**

Autor: **Prefeito - prefeito**

Data de Envio: **06/06/2019**  
**16:19:50**

Descrição: **PLO Nº 007/2019 - ALTERA O CAPUT E O INCISO I, DO ART. 8º, DA LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014.**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

\_\_\_\_\_  
Prefeito - prefeito





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Mr. Wederson Lopes

EM 18 / 06 / 19

Touza

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)

**PARECER EM ANEXO**



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 121/19.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. ALTERA O CAPUT E O INCISO I, DO ART. 8º, DA LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. CONSTITUCIONALIDADE.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito que altera o *caput* e o inciso I, do art. 8º, da Lei nº 3.731, de 15 de julho de 2014.

Segundo a justificativa, “a Secretaria Municipal de Trabalho Emprego e Renda, com representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, deixou de existir, passando suas atribuições e competências para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que mudou sua denominação para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, assim necessárias se fazem alterações no Caput e no Inciso I, do art. 8º, da Lei 3.731/2014, para sua adequação”.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE MATERIAL DO PROJETO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal (art. 84, II). Este mandamento aplica-se também aos Governadores e Prefeitos e seus respectivos Secretários, conforme ensina Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado, 20ª ed. 2016):

As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República, pelos princípios da simetria e da separação de Poderes, devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal, ou seja, referidas matérias terão de ser iniciadas pelos Chefes do Executivo [...].

Sendo assim, a propositura é materialmente constitucional e legal, pois o tema nela tratado não afronta qualquer preceito ou princípio da Carta Magna e do restante da





legislação em nosso ordenamento jurídico, afinal é competência justamente da autoridade que enviou o Projeto a esta Casa de Leis organizar a Administração que ele dirige. Passemos, então, ao estudo de a quem compete legislar sobre o assunto.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DA MATÉRIA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido” (Direito Administrativo Descomplicado, 25. ed., 2017, p. 832). Isso, é claro, com o intuito de gerar um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em nosso país, a nossa Lei Maior fixou atribuições à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios. Buscando a forma como o tema discutido é tratado no texto constitucional, percebemos que ele não consta no rol de competência privativa federal (art. 22 da Constituição Federal) e não há norma alguma aduzindo que se trata de competência privativa estadual.

Por outro lado, os incisos I e II do artigo 30 da Carta Magna estipula que compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Ora, a organização administrativa do Poder Executivo local, que inclui a organização e a composição dos Conselhos, se amolda a esses dispositivos constitucionais.

Destarte, é permitido que a proposta verse sobre a matéria, pois inexiste a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um tema. Segue-se, então, à análise da competência para iniciar o processo legislativo.

## **2.3 – DA INICIATIVA LEGISLATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado, 21. ed., 2017, p. 613), “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O mesmo autor divide-o em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.



O que nos importa nesta análise é a primeira delas. Existe, em nosso ordenamento jurídico, algumas hipóteses de deflagração, como a geral, em que a nossa Lei Maior atribui competência a uma gama de pessoas e órgãos (art. 61, *caput*). E também a privativa, que é aquela em que somente determinada autoridade, de forma exclusiva, pode iniciar o processo legislativo.

A Constituição Federal determina que é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração e criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública (art. 61, §1º, II, "a" e "e"). A mesma observação feita acima se aplica aqui: este dispositivo, com base no princípio da simetria, aplica-se também aos Governadores e Prefeitos e suas respectivas Secretarias.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município, nos incisos I e IV de seu artigo 54, aduz que compete privativamente ao Chefe do Executivo local a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e organização administrativa e serviços e pessoal da administração.

Como o Projeto de Lei foi apresentado justamente por essa autoridade, tal mandamento foi observado e, sendo assim, não há que se falar em vício de inconstitucionalidade formal subjetivo em seu texto.

## **2.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma escolhida, qual seja, propositura de Lei Ordinária, é correta, pois não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48 desse Diploma Legal), não houve delegação legislativa (art. 51) e o assunto não se apresenta entre aqueles que devem ser regulados por Lei Complementar (art. 49), nem por Decreto Legislativo (art. 62) e nem por Resolução (art. 64).

Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que Projeto de Lei é a proposição que tem o objetivo de regular todo e qualquer assunto de competência do Município, apresentado em 2 (dois) turnos de votação e sujeito à sanção do Prefeito (art. 98).



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, além do restante do ordenamento jurídico pátrio, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposta aqui discutida.


É o parecer.

Anápolis, 17 de junho de 2019.

  
Elias Rodrigues Ferreira  
Vereador PSDB


  
Jean Carlos Ribeiro  
VEREADOR - PTB

  
Wederson C. da Silva Lopes  
Vereador - PSC

  
Thaís Gomes de Souza  
Vereadora PSL

  
Luiz Santos Lacerda  
VEREADOR - PT

  
Pedro A. Mariano de Oliveira  
Vereador - PRP

Encaminho-se à comissão de  
Def. dos Dir. Humanos e Antigo  
em   
Presidente





CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Chays Souza

EM 18 / 06 / 2019

[Signature]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)

Somos favoráveis ao projeto mudando apenas as atribuições e competências, visto que a representação no conselho deixou de existir, devido a mudança na denominação para Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

[Signature]  
Valdele Fernandes Moreira  
Vereador - PDT

Thais Souza (PSL)

Thais Gomes de Souza  
Vereadora - PSL

[Signature]  
Jean Carlos Ribeiro  
VEREADOR - PTB

[Signature]  
Maria Geli Sanches  
(Professora Geli)  
VEREADORA - PT

Encaminha-se à MESA  
Em 18 de 06 de 19  
Presidente



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS  
PROCESSO LEGISLATIVO

Fls. 02

**Ofício nº 057/2019-DPL**

Anápolis, 06 de junho de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
**LEANDRO RIBEIRO DA SILVA**  
DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal  
NESTA

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente:

Através deste, venho perante Vossa Excelência, encaminhar o Projeto de Lei nº 007/2019, que “ALTERA O *CAPUT* E O INCISO I, DO ART. 8º, DA LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014”, apresentando para tanto as seguintes

**JUSTIFICATIVAS:**

A Secretaria Municipal de Trabalho Emprego e Renda, com representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, deixou de existir, passando suas atribuições e competências para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que mudou sua denominação para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, assim necessárias se fazem alterações no *Caput* e no Inciso I, do Art. 8º, da Lei 3.731/2014, para sua adequação.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, solicitou que o representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, extinta, e o representante do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, passem a ser representantes da Controladoria Geral do Município.

Assim é que encaminhamos o presente projeto de lei, solicitando a Vossa Excelência e dignos Pares, sua apreciação e consequente aprovação.

Atenciosamente,

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

EERIZANIA ENÉAS DE FREITAS LÔBO  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda

  
Dr. Arunan Pinheiro Lima  
Diretor Legislativo

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS  
PROCESSO LEGISLATIVO

PROTOCOLO Nº 121  
Data 12/06/19/16:15 horas  
Serviço de Expediente

**PROJETO DE LEI Nº 007, DE 06 DE JUNHO DE 2019****ALTERA O CAPUT E O INCISO I, DO ART. 8º,  
DA LEI Nº 3.731, DE 15 DE JULHO DE 2014.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O *Caput* e o Inciso I, do Art. 8º, da Lei nº 3.731, de 15 de julho de 2014, ficam alterados, passando a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 8º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, órgão integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda, será composto de 24 (vinte e quatro) membros, sendo 12 (doze) representantes do Poder Público Municipal e igual número de suplentes, e 12 representantes da comunidade e igual número de suplentes, designados na forma abaixo:"

**"I** – Os representantes do Poder Público Municipal serão doze, cada qual com o respectivo suplente, sendo:

**a)**-dois representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda;

**b)**-dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da Vigilância Sanitária Municipal em Anápolis;

**c)**-dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;

**d)**-dois representantes da Controladoria Geral do Município;

**e)**-um representante da Secretaria Municipal da fazenda;

**f)**-um representante da Secretaria Municipal de Esportes;

**g)**-um representante da Secretaria Municipal de Cultura;

**h)**-um representante da Procuradoria Geral do Município"

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

**MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**, em 06 de junho de 2019.

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA  
Prefeito Municipal

EERIZANIA ENÉAS DE FREITAS LÔBO  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho, Emprego e Renda